**NOTA ORIENTATIVA AOS GESTORES REFERENTE À PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº 1.412/GM/MS/2021 – LSVP UPA 24h**

Considerando a Portaria GM/MS Nº 1.412, DE 28 DE JUNHO DE 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP), em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=29/06/2021&jornal=515&pagina=91&totalArquivos=182>

O procedimento para autorização de Leitos de Suporte Ventilatório Pulmonar (LSVP), em caráter excepcional e temporário, para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19, conforme a Portaria Nº 1.412/GM/MS/2021, é necessário considerar as informações dispostas no Programa Arquitetônico Mínimo da UPA 24h, no link: [https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2018/janeiro/26/PROGRAMA-ARQUITETONICO- MINIMO-UPA24-H-VERSAO-2.0-2018.pdf](https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2018/janeiro/26/PROGRAMA-ARQUITETONICO-%20MINIMO-UPA24-H-VERSAO-2.0-2018.pdf) . Assim, a unidade deve apresentar o mínimo de leitos e equipamentos conforme descrito na Tabela 1:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **PORTE I** | **PORTE II** | **PORTE III** |
| **OPÇÃO** | **I** | **II** | **III** | **IV** | **V** | **VI** | **VII** | **VIII** |
| **VENTILADOR** | 2 | 2 | 2 | 2 a 3 | 3 | 4 | 4 | 4 |
| **MONITOR** | 2 | 2 | 2 | 2 a 3 | 3 | 4 | 4 | 4 |
| **LEITO** | 2 | 2 | 2 | 2 a 3 | 3 | 3 a 4 | 3 a 4 | 4 |

**Tabela 1:** Proporção de leitos mínimos e equipamentos (ventilador e monitor) considerando a opção de custeio da UPA 24h.

No Ofício a ser inserido no Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde (SAIPS), disponível no endereço eletrônico [www.saips.saude.gov.br](http://www.saips.saude.gov.br) , é necessário constar a assinatura de ambos os Gestores Municipal e Estadual. Em caso de gestão estadual, apenas a assinatura do Estado. Em relação às declarações, deverá constar a assinatura do Gestor Municipal ou Estadual, conforme gestão do estabelecimento de saúde – UPA 24h. A inserção dos documentos no SAIPS deve estar de acordo com os modelos disponíveis no Portal da Saúde, <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/u/unidade-de-pronto-atendimento-upa-24h> .

Para a verificação das informações, é necessário que os gestores mantenham o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES atualizado em relação ao quantitativo de leitos e equipamentos (ventiladores e monitores).

Serão considerados os seguintes campos do CNES para a validação das informações:

● Leitos: Conjunto > Inf. Gerais > Instalações físicas para assistência > **URGÊNCIA E EMERGÊNCIA SALA E ATENDIMENTO A PACIENTE CRÍTICO/SALA DE ESTABILIZAÇÃO** e Hospitalar > COMPLEMENTAR > **96 SUPORTE VENTILATÓRIO PULMONAR** > Leitos Existentes;

Inserir as informações considerando os ambientes da UPA 24h utilizados na estratégia de implantação e operacionalização de LSVP. Serão considerados os leitos **EXCEDENTES** de acordo com o mínimo de leito disposto no Programa Arquitetônico Mínimo da UPA 24h previstos no incentivo de custeio dessas unidades (Tabela 1).

Para maiores informações quanto ao registro dos estabelecimentos de saúde denominados Hospitais de Campanha, UPAS, entre outros estabelecimentos voltados ao enfrentamento do estado de emergência de Saúde Pública por Coronavírus no CNES, sugerimos a leitura das Orientações CNES - COVID19, instrutivo disponível no endereço <https://wiki.saude.gov.br/cnes/index.php/Orienta%C3%A7%C3%B5es_CNES_-_COVID-19> .

Para maiores informações quanto ao registro da produção Ambulatorial e Hospitalar relacionada ao COVID-19 acesse as **"Orientações Técnicas para Operacionalização do SIA/SIH durante o Estado de Emergência de Saúde Pública por Coronavírus”** do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS), disponível em <https://bityli.com/aQbqS> e do Sistema de Informações Hospitalares (SIH), disponível no endereço <https://bityli.com/V7eZN> .

Cabe ressaltar que os estabelecimentos solicitantes e os LSVP devem constar obrigatoriamente nos Planos de Contingência Estaduais e do Distrito Federal, aprovados por deliberação da Comissão Intergestores Bipartite (CIB) após a publicação da Portaria Nº 1.412/GM/MS/2021. Poderá ser aceita, excepcionalmente, a Resolução CIB – *AD REFERENDUM*, contando que seja apresentada a aprovação, posteriormente, deste pleito na próxima reunião deliberativa da CIB.

À disposição.

**Rafael Agostinho**

Coordenador-Geral de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS

E-mail: cgue@saude.gov.br Contato: (61) 3315-9210